

Keynes, Marx e economistas institucionalistas: similitudes e
distanciamentos

Jose Stênio Souza¹

S U M Á R I O

01.TÍTULO

02.NA ESTRADA COM PENSADORES NÃO ORTODOXOS

2.01.No vagão com o Lorde Britânico

2.02.Enfim! O vagão do Sr. Carlinhos

2.02.01.A Lei Geral da Acumulação

2.02.02.Esquemas de Reprodução do Capital

2.03.Os pés no vagão dos institucionalistas

2.03.01.Instituição, um desafio conceitual

2.03.02.O jeito de pensar dos velhos institucionalistas

2.03.03.Ressurgindo nos anos 60

2.03.04.Um pé atrás em relação à Nova Economia Institucional

03.CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Keynes, Marx e economistas institucionalistas: similitudes e distanciamentos

RESUMO

O texto trata dos registros de uma viagem pelas estradas da História do Pensamento Econômico com o propósito de enxergar nas contribuições de pensadores não ortodoxos, inclusive sem nenhum compromisso com a agenda do mainstream, pontos de convergências e de distanciamentos na investigação dos fenômenos sociais e econômicos.

ABSTRACT

The text deals with the records of a journey along the roads of the History of Economic Thought with the purpose of seeing in the contributions of non-orthodox thinkers, even without any commitment to the mainstream agenda, points of convergence and distances in the investigation and understanding of social issues and economical

Keyword: agenda ortodoxa, heterodoxos, expectativas, incerteza, capital, acumulação, meios de produção, instituição, instintos, racionalidade, custos de transação, microfundamentos

01.INTROITO

A História do Pensamento Econômico é oportunidade inesgotável de descobertas fenomenais, surpreendentes, inclusive decepcionantes, no sentido da inexistência científica de argumentos que justifiquem a eternização de um corpo de conhecimento sem compromisso com a ética e com a justiça social, pela impossibilidade do concretude na investigação edificada sob a idéia de um mundo imaginário.

Na perspectiva do propósito de heterodoxia na disciplina de macroeconomia, e dialogando com a metodologia eleita para o desenvolvimento da mesma, certamente

“...ao invés de tratar a macroeconomia como uma ampliação do indivíduo representativo, a estrutura tem que ser introduzida em uma população de indivíduos heterogêneos...”(HODGSON, 2007)

dada a imperativa necessidade de enxergar o processo econômico como espaço histórico e não linear da interação entre os indivíduos no contexto de um ambiente desconhecido, que impõe a necessidade de capturar corpos de conhecimentos de outras disciplinas.

Impossível não enxergar tal propósito como um desafio, se se considera que os discentes, na sua maioria, são oriundos de academias que se mantém fiel a ortodoxia, portanto de portas fechadas para quem se

dispõe a encontrar links – epistemológicos, holísticos, ontológicos - para o diálogo com corpos de conhecimentos alternativos, ainda que apresentem divergências pontuais.

A reflexão, o desafio, sugerem que há similitudes e distanciamentos entre Marx, Keynes e os economistas institucionalistas, mas com certa dosagem de paciência e zelo, esses pensadores se reconhecem encantados com um projeto de construção de uma teoria econômica da evolução.

02.NA ESTRADA COM PENSADORES NÃO ORTODOXOS

A agenda ortodoxa na História do Pensamento Econômico, sem cerimônia, se revela descompromissada com a busca da verdade, porque moldada segundo o individualismo metodológico, enxerga o homem portador de racionalidade substantiva e o pleno conhecimento das circunstâncias – do presente ao futuro -, tal que , o processo econômico se objetiva, harmonicamente, porque autorregulado pelo livre jogo das forças de mercado.

Assusta, o registro de que sob a batuta do que se define por ‘condições coeterius paribus’, o equilíbrio, o pleno emprego e a ausência de conflitos se constituam condições naturais no cotidiano do mundo imaginário edificado pelo mainstream.

E a agenda ortodoxa do corpo de conhecimento neoclássico, “garbosamente”, ainda que sob uma saraivada de críticas, se propõe eterna enquanto mainstream.

Mas, o que explica a incapacidade da Lei de Say no olhar sob a depressão dos anos 30?

E mais recente, o desmantelo das economias nacionais quando da explosão do preço do petróleo nos anos 70?

Um momento! Não queiram fazer o povo crê que o ‘Coronavirus’ deva ser julgado e condenado pelos males que está fazendo à totalidade das economias nacionais.

Importante lembrar que a pobreza, a miséria, o desemprego, a fome e muitos outros exemplos, existiam bem antes, na verdade, a muito tempo antes da pandemia gerada pelo Coronavirus.

Que se faça justiça, o Coronavirus merece elogios, por confirmar a reconhecida incompetência do livre jogo das forças de mercado, no trato das demandas sociais.

Mas, o Estado de mãos dadas com o capital, se mostrou efetivo no relaxamento do marco regulatório que trata da proteção ao meio ambiente na Amazônia.

“No último mês de abril, uma área de 778 km² foi desmatada na Amazônia Legal, região que abrange os estados do Amazonas, Pará, Roraima, Amapá, Rondônia, Acre, Tocantins e grande parte do Maranhão. Isso representa um aumento de 45,0% no desmatamento em relação a abril de 2020...”(IMAZON, 2021, O Globo).

Definitivamente, o certo é que, na próxima parada, dessa viagem, todos desçam do trem dirigido pelo maquinista neoclássico e esperem a ‘Maria Fumaça’ da economia evolucionária, na expectativa de dá de cara com Keynes, Marx e os expoentes da economia institucional, quem sabe, o Thorstein Veblen.

Não perder de vista o momento histórico da viagem.

A espera na estação não foi demorada, e a ‘Maria Fumaça’ da economia evolucionária faz sua parada. Ufa, foi uma correria, talvez pelas expectativas acima citadas.

2.01.No vagão com o Lorde Britânico

A viagem continua, e no primeiro vagão da nova ‘Maria Fumaça’ estava J. M. Keynes, elegantemente vestido e sentado de pernas cruzadas na última poltrona do vagão.

O britânico, Lorde Keynes, nascido em Cambridge no ano de 1883, além de influente assessor do Tesouro Nacional, reconhecido como protetor das artes, do teatro, e ainda assim, encontrava tempo para editar e colecionar livros raros.

J.M. Keynes, sem nenhuma dúvida, está entre os mais brilhantes economistas do Séc. XX, não só pelas contribuições teóricas na História do Pensamento Econômico, em especial, por cerrar fogo ao corpo de conhecimento dos economistas clássicos. Foi certo o golpe na Lei de Say, destruindo a tese do equilíbrio e do pleno emprego.

Pena que os neoclássicos, até os dias de hoje, não conseguiram entender que o emprego depende das condições objetivas para a manifestação da demanda efetiva, condição determinante para a realização da produção.

Ainda que tenha estudado matemática, não esconde sua afeição pela economia como uma ciência moral, edificada a partir da visão de mundo,

do seu 'real world', valorizando a intuição ao pôr sob o 'tapete da sala', a racionalidade substantiva do 'homo economicus'.

Entre suas obras, destacam-se o artigo "The Economic Consequences of the Peace" em 1919, "Treatise on Probability" em 1921, "Tract on Monetary Reform"(1923), "Treatise on Money" em 1930, "Essays in Persuasion" publicado em 1931, em especial, sua obra maior o "The General Theory of Employment, Interest, and Money" publicada no ano de 1936 e objeto de muitas críticas, como as de Pigou, Hayek, Robertson e muitos outros.

O britânico centra seus estudos na compreensão dos determinantes da demanda agregada, decomposta em gastos de consumo e de investimentos.

De início, inova com a hipótese de que os gastos de investimentos – demanda de bens de capital – dependem das expectativas de rendimentos – lucro futuro – esperado pelos empresários.

O esforço de construção do corpo de conhecimento keynesiano recebe críticas, em particular, sobre o método de construção desse esforço, em última instância, se a proposição é de navegar com o atomismo ou se voltar para o organicismo no olhar sobre a interação dos indivíduos, ou ainda se não é mais que um jeito diferente de continuidade dos elementos da ortodoxia, ou uma ruptura das bases filosóficas do mainstream.

A resposta de seu corpo de conhecimento está na capturação de elementos como a indução, a sua visão de "real world", o 'partial dependence', e a idéia de expectativas com base na incerteza, tendo como ponto de partida o "Treatise on Probability".

No corpo de conhecimento keynesiano, o empirismo, segundo Pedro Fonseca é um recurso metodológico que manuseia com certa maestria, no sentido da possibilidade de captação dos verdadeiros elementos do processo econômico, dado o ambiente não ergódico de seu 'real world'.

A ideia de expectativa reflete sua compreensão de que as decisões – tempo presente-, em especial, dos empresários sobre gastos de investimentos, considerando os determinantes da demanda efetiva, estão associadas ao desconhecimento das condicionantes que moldam os resultados esperados no futuro .

A incerteza, em Keynes, é uma categoria teórica que sedimenta seu corpo de conhecimento, mas, manuseada por um conjunto de pensadores – com uma diversidade de significados.

Em Knight, a incerteza diz respeito a um julgamento intuitivo, elaborado em bases estimativas – incerteza verdadeira - e não em inferências, sem perder de vista a singularidade de cada evento no processo econômico.

Isto posto, a ‘estimativa’ em Knight(1921) se expressa como manifestação da ‘verdadeira probabilidade’ que não é fruto de casos empíricos, do contrário, estaria se confundindo com a idéia de risco, que é probabilisticamente, mensurável.

Nesta perspectiva, a singularidade de cada evento, então é suscetível de circunstâncias imprevisíveis,

Por outro lado, o olhar de Davidson(1991), assim como de Victoria Chick, e Jan Kregel, o princípio da ergodicidade destrói a epistemologia da agenda neoclássica, precisamente porque advoga a tese de que os agentes tem perfeito conhecimento das informações sobre os eventos no processo econômico, e que neste sentido, segundo Davidson(2012) em registro no artigo de CAMPOS, Marcel M. S. & CHIARINI (2014),

“...This ergodic axiom assumes the economic future is already predetermined. The economy is governed by an existing ergodic stochastic process...”.

Então para esses pensadores o ‘real world’ de Keynes se define como um ambiente não ergódico, portanto uma realidade movida por circunstâncias imprevisíveis e em constante evolução.

Caminhando na direção de Shackle, se faz necessário enfatizar que a idéia de equilíbrio em Keynes, está desenhada com o signo da instabilidade, se se considera a efetividade de circunstâncias imprevisíveis não aceita na tese do equilíbrio neoclássico.

Melhor retomar a conversa com Keynes, e já registrando que suas reflexões sobre incerteza estão presentes no Capítulo12 do “O Estado da Expectativa a Longo Prazo” em sua Teoria Geral(1936).

Na Teoria Geral(1936, pp.147) ele insiste em relacionar sua idéia de incerteza com a expectativa de rendimento esperado, construído segundo o grau de conhecimento de eventos – tempo presente – sobre volume e estoque de capital, condições de realização do consumo presente, etc, assim como do desconhecimento sobre as condicionantes – mudanças nas preferências do consumidor, condições objetivas para a realização da produção, etc. - que estão por trás da efetividade dos eventos futuros imprevisíveis.

A incerteza em Keynes, portanto, é um construto alicerçado na tese do ‘conhecimento incerto’, isto é, do desconhecimento das circunstâncias imprevisíveis no futuro, e neste sentido, o cenário de expectativas favoráveis ou não, resulta do estado de confiança dos agentes que tomam decisões estratégicas, em particular, decisões sobre gastos de investimentos.

Ainda que se possa dispor de um prognóstico – tempo presente -, não perder de vista que o conhecimento é escasso, diria mesmo, vazio, em relação ao estado de tempo futuro. E como diz Keynes, a única certeza, no momento de efetivação do evento presente é de que “a longo prazo estaremos todos mortos”.

A insuficiência de informações sobre as circunstâncias imprevisíveis no futuro, firma a assertiva de Keynes de que

“...o conhecimento dos eventos futuros não pode ser expresso em termos de uma distribuição probabilística calculável...”(ANDRADE, 2011, pp.177),

porque a incerteza, como enfatiza LAWSON(1988) é um atributo do conhecimento e não da realidade do evento.

Aceito o corpo de conhecimento de Keynes, as expectativas, construídas segundo o grau de confiança do empresário, dizem respeito a um ambiente separado por uma linha do tempo – presente para o futuro -, condição que ratifica a tese de que decisões como a de gastos de investimentos, por exemplo, se fazem, historicamente, irreversíveis.

A Teoria Geral é uma proposição paradigmática edificada sob elementos característicos de uma economia monetária, e neste sentido, a contextualização de sua idéia de incerteza, passa pelo construto da ‘Preferência pela Liquidez’, e mais que isso, Keynes entende que a natureza do cognitivo inalcançável das circunstâncias imprevisíveis está na natureza mesma, de um processo econômico que se objetiva, necessariamente, como uma economia monetária da produção, de tal modo que, a escolha do agente pelo entesouramento, sua preferência pela liquidez, certamente, apazigua sua ansiedade e angústia, diante da incerteza de rendimentos esperados no futuro.

Enfim, finalizando o ‘bate-papo’ com Keynes no primeiro vagão da ‘Maria Fumaça’ evolucionária, parece razoável reconhecer que o corpo de conhecimento da Teoria Geral, efetivamente, é um marco histórico no sentido da urgência e da necessidade de jogar no lixo, o ‘balaio de proposições neoclássicas’, porque a investigação sob o signo da racionalidade substantiva e da negação do path dependence, castra qualquer possibilidade de enxergar a incerteza como desconhecimento

das condições de efetividades de eventos no tempo futuro, e pior, sem nenhuma cerimônia, por não negar o erro, de considerar calculável o futuro em ambiente não ergódico.

Melhor trocar de vagão, na expectativa de encontrar espaço disponível na agenda do(r)evolucionário Sr. Carlinho.

2.02. Enfim! o vagão do Sr. Carlinho

O maior diferencial, na obra de Marx, se se considera o conjunto dos pensadores afeitos à proposição de uma economia evolucionária, está no uso político do ‘corpo de conhecimento marxiano’, em particular, quando o sistema permite que o paradigma chegue aos ouvidos, aos olhos e ao coração do trabalhador assalariado.

Ele mesmo, enquanto indivíduo social, não se esquivava da práxis contida em O Capital.

No intento de ir na essência do ‘corpo de conhecimento’ de Marx, aceita-se que é um desafio atraente, fenomenal, mas de difícil objetivação. Neste sentido, o primeiro passo foi admitir que suas contribuições são complexas e moldadas por uma diversidade de categorias teóricas, que do ponto de vista da epistemologia e do método se distanciam radicalmente da ortodoxia.

Definitivamente, é o registro histórico de ruptura com o individualismo metodológico, e com a postura de uma teoria econômica que nega o conflito, que põe de lado a luta de classes, que escamoteia a exploração dos que estão divorciados da posse/propriedade dos meios de produção e dos meios materiais de subsistência.

Então, na perspectiva do desafio firmado, o passo seguinte foi paginar folha a folha O Capital, em particular dos livros onde Marx desenvolveu “A Lei Geral da Acumulação” e “Os Esquemas de Reprodução do Capital”. Registre-se o Livro II, Volume II de “O Capital”, assim como os Capítulos XIII e XXV, Livro I, Tomo II de “O Capital”.

Na expectativa de não caminhar com vendas nos olhos, se fez necessário apropriar-se de contribuições oriundas de estudos sobre “O Capital”, por exemplo, da Rosa de Luxemburgo, Fernando Cardim, David Laibman, Geert Reuten, Fred Moseley, Roman Rodolsky e outros.

2.02.01.A Lei Geral da Acumulação

Em “O Capital”, Karl Marx estava comprometido com a compreensão da lógica do capital, isto é, de como se apropriar do modo de criar e multiplicar a riqueza econômica, ainda que investigando a dinâmica dos

capitais individuais, se mostra convencido da possibilidade de entender o processo econômico da economia capitalista em sua totalidade, pois, convicto de um ambiente movido por interações conflituosas, fruto da divergência de interesses entre capitalistas e trabalhadores.

A ruptura com a ortodoxia, ainda que bebericando das contribuições de alguns pensadores da economia política clássica, está na proposição de um método que captura as contradições no processo de criar e multiplicar o capital, com a percepção clara, de que a acumulação é um processo histórico, não linear, moldado segundo o desenvolvimento das forças produtivas, e que historicamente, a força da produtividade modifica e remonta a estrutura do capital.

O materialismo histórico sob o signo da dialética foi a escolha de Marx, enquanto instrumento único, para a compreensão de que, as condições materiais estão por trás do modo de existência dos indivíduos sociais, e nesta direção, centrando fogo na análise das relações sociais de produção, isto é, na investigação das relações dos homens entre si, distanciados pela propriedade dos meios de produção, assim como das relações destes com a natureza, enquanto requisito crucial para a mercantilização da natureza, isto é, humanização da natureza.

A epistemologia do 'corpo de conhecimento' marxiano explícita em Marx o porquê da escolha de categorias teóricas qualificadas no sentido da percepção de um sistema social em que a perseguição ao lucro monetário é a motivação única, para a humanização da natureza. Portanto, a mercantilização da natureza não é compromisso com a criação de meios de consumo para a subsistência e reprodução familiar, em verdade, a humanização tem o propósito, singular, de valorização do capital.

Portanto, o processo de humanização da natureza é formatado segundo o princípio da propriedade privada, requisito determinante em uma formação social que diferencia a população em indivíduos sociais proprietários e não proprietários dos meios de produção.

Neste contexto, os interesses contraditórios entre os indivíduos sociais geram forças produtivas endógenas à relações sociais de produção, portanto, uma relação dialética na luta de classes, que historicamente, se manifesta segundo a evolução da composição orgânica do capital.

Aos olhos de Marx, a luta de classes se constitui pano de fundo na construção de uma agenda de política econômica, particularmente porque o desenvolvimento das forças produtivas amplia a mais-valia pela via da produtividade, e por outro lado, subtrai a parcela da riqueza apropriada pelos trabalhadores.

Nesta luta de classes, a centralização e concentração do capital usurpa o papel social dos instrumentos de política econômica, porque os interesses da classe dominante põem de lado as demandas sociais dos que estão divorciados da propriedade dos meios de produção.

A relação entre o capital e o trabalho é um movimento ordenado segundo a perspectiva da Lei Geral da Acumulação, conforme está no capítulo XXIII em “O Capital: Crítica da Economia Política”.

Em Marx a relação de produção capitalista enquanto uma relação social, trata da exploração do trabalho pelo capital, por outro lado, enquanto uma relação técnica diz respeito ao processo de trabalho na apropriação da natureza porque é valor-de-uso, que necessariamente, se realiza como valor-de-troca.

Significa dizer que, em última instância, o processo de produção capitalista é concomitantemente processo de trabalho e processo de valorização, então, mais que a produção de valor de uso, é a obrigatoriedade de produzir mais-valia, do contrário fica travada a acumulação.

No sentido geral, a reprodução do capital se define como um processo de acumulação, fruto da relação entre o capital e o trabalho, mais precisamente das relações entre os proprietários e os não proprietários dos meios de produção, tal que o total do produto social corresponde ao somatório de valores – expressão monetária - relativos aos meios de produção, à força-de-trabalho e ao mais trabalho, ou seja;

$Vr. = c + v + m$: (capital constante “**c**”) , (capital variável “**v**”) e (mais-valia “**m**”).

Na perspectiva da Lei Geral, a magnitude do valor do produto social, na linha do tempo, é impactada pelo desenvolvimento das forças produtivas, dado que a produtividade redesenha a composição orgânica do capital, isto é, o peso do capital constante “**c**” e do capital variável “**v**” na estrutura do capital.

Historicamente, a inserção de novas forças produtivas está associada a elevação de produtividade, em particular, pela definição de um processo de trabalho sob o signo de tecnologias intensivas de capital, que termina por ampliar a participação do capital constante -maior consumo de meios de produção-, mas, que subtrai a demanda de força-de-trabalho.

Enfim, o desenvolvimento das forças produtivas tem correlação forte com a composição orgânica do capital, aumentando o capital constante “**c**” e retraindo o capital variável “**v**”, que em última instância, significa a

substituição da força-de-trabalho por meios de produção, cujo resultado não é somente a adição de uma massa de trabalhadores inativos, mas a criação de uma 'superpopulação relativa' que Marx define como 'exército industrial de reserva'.

Ainda que o desenvolvimento das forças produtivas implique em grandeza absoluta da classe operária, quanto maior a massa de mão-de-obra inativa em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a pauperização da população.

Significa dizer que não é a insuficiência de desenvolvimento, na verdade é o desenvolvimento capitalista, dada a obrigatoriedade de reproduzir o capital, de criar e multiplicar a riqueza, sob o signo da centralização e da concentração do capital, que está por trás da pobreza e da miséria, que conduz parte da população para a extrema pobreza.

O relatório de pesquisa "Síntese de Indicadores Sociais" do ano de 2017, publicado pelo IBGE, registra que cerca de 50 milhões de brasileiros, o equivalente a 25,4% da população, vive na linha da pobreza, e tem renda familiar de R\$387,07.

No mundo globalizado, o relatório de pesquisa "A economia do 1,0%", publicado pela OXFAM em 2016, assusta, porque os indicadores não são, nada, favoráveis ao capital variável, se se considera que os pesquisadores demonstram que 1.810 bilionários, citados na lista da FORBES de 2016, possuem patrimônio de US\$6,5 trilhões, a mesma riqueza detida pelos 70,0% mais pobres da humanidade.

Isto posto, na perspectiva da "Lei Geral", a massa de trabalhadores inativos deve ser vista como um 'requisito singular' que 'alavanca' a acumulação capitalista.

E como diz o próprio Marx,

"...o capital age sobre os dois lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação aumenta a demanda de trabalho, por outro, sua 'liberação' aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo que a pressão dos desocupados obriga os ocupados a por mais trabalho em movimento..."(MARX, Livro I, 2013. Pp.715/716),

ou seja, com o desenvolvimento das forças produtivas, o trabalho invés de produzir tempo livre para os trabalhadores, alarga o trabalho excedente apropriado pelo capitalista

Enfim, a "Lei Geral da Acumulação" em Marx, referenda a assertiva de que no processo capitalista de produção

“...uma massa cada vez maior de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser posta em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força humana...”
(MARX, Livro I, 2013, pp.716),

precisamente porque a produção de mais-valia relativa resulta em expansão do lucro monetário.

Portanto, sem receio de estar sendo dramático, dá para afirmar que a pobreza e a miséria – desigualdade social – resultam de um modo de acumulação edificado sob o signo da concentração e centralização do capital, e neste sentido o desemprego e as crises são circunstâncias previsíveis no processo de humanização da natureza enquanto riqueza econômica.

2.02.02. Esquemas de reprodução do capital

No Livro II de “O Capital”, Marx busca sistematizar o ciclo de reprodução do capital, mais especificamente, a produção e circulação do capital, em que ora o dinheiro é capital que se incorpora ao processo de produção, ora o dinheiro é rendimento que se destina a aquisição de meios de consumo.

As tabelas desenvolvidas por Marx é o intento de ilustrar as circunstâncias necessárias à reprodução do capital, e sistematizar a metamorfose do dinheiro, ora capital, ora rendimento no circuito da acumulação.

Nesta perspectiva enxerga o produto social a partir da composição da base produtiva em dois setores produtivos: O departamento I “DI” que cuida da produção de meios de produção, e o departamento II “DII” onde estão as indústrias que produzem meios de consumo.

O produto é expresso em termos monetários segundo as identidades contábeis:

1.). $Vr.1 = c1 + v1 + m1$, “ DI “; e

2.). $Vr.2 = c2 + v2 + m2$, “ DII “ , tal que “c=capital constante”; ‘v=capital variável” e “m=mais valia”.

Na perspectiva do esquema de reprodução, Marx busca compreender as trocas entre os departamentos. No primeiro momento, a investigação cuida de quais são as condições necessárias para a reprodução simples do capital, manifesta no adiantamento, recuperação e reprodução dos componentes do capital.

Marx, neste momento, define capital como dinheiro que se metamorfoseia em dinheiro, enquanto um fluxo que salta da esfera da circulação no início do ciclo de reprodução para a esfera em que produção busca se realizar no mercado, expresso em quantidade de dinheiro superior ao dinheiro adiantado no início do circuito do capital.

O capital-dinheiro é adiantado pelo capitalista para aquisição dos meios de produção – objeto e instrumentos de trabalho – e força de trabalho, portanto, o momento em que se objetiva como mercadoria, expressa monetariamente nos componentes capital constante e capital variável, isto é, “ $c + v$ ” que corresponde ao valor do capital-mercadoria “ M ”.

Da esfera de circulação para a esfera da produção, nova metamorfose do capital, tal que o trabalho se objetiva como mercadoria final “ M' ”, cujo valor excede ao do capital-mercadoria, isto é, a soma de “ $c + v$ ”, precisamente porque a força-de-trabalho enquanto capital variável não só se reproduz, como cria mais-valor, ou seja, o valor de “ M' ” corresponde a: “ $Vr. = c + v + m$ ”.

Na perspectiva do circuito do capital, a produção “ M' ” enquanto valor de troca, quando da realização no mercado – esfera de circulação -, “ M' ” se metamorfoseia em “ D' ” tal que a quantidade final de dinheiro “ D' ” é superior ao capital-dinheiro “ D ” no início do ciclo de produção.

Na finalização do ciclo de produção, o capital dinheiro – adiantado pelo capitalista – pela via da produção e circulação de mercadorias se objetiva como mais dinheiro, ou seja, “ $D' > D$ ”.

Assim, no início do ciclo de produção, o capital é dinheiro adiantado pelo capitalista, expresso em valor monetário por “ $c + v$ ”, tal que:

- 1.) o “ c ” corresponde ao capital constante e reproduz a si mesmo;
- 2.) o “ v ” corresponde ao capital variável - rendimento apropriado pelos trabalhadores -, que se reproduz e cria mais-valor.

A ideia de Marx, ao criar as tabelas referentes ao esquema de reprodução do capital, também é uma proposição metodológica no sentido da crítica a Adam Smith quanto a definição de ‘Preço Natural’, e decomposto pelo mesmo em “salários, lucro e renda da terra”.

Marx questiona Smith em carta enviada a Engel em 06.07.1863, e argumenta que se o preço se reduz a rendimento, elimina a possibilidade de recomeçar o processo econômico, pela inexistência de capital.

Aos olhos de Marx, no ‘preço total do produto social’, uma parcela é rendimento – dinheiro enquanto meio de pagamento – e outra é capital

constante, porque capital-dinheiro que repõe o estoque de meios de produção, garantindo o recomeço do ciclo de produção.

No Capítulo II do Livro III de “O Capital”, a percepção é de que o ‘corpo de conhecimento’ marxiano deixa claro que Marx se utilizou das tabelas de reprodução no sentido de compreender

“...como os diferentes componentes do capital-dinheiro investido são eventualmente recuperados enquanto resultado das várias transações entre os departamentos e dentro deles, de modo que a produção capitalista possa continuar...”(MOSELEY, 2018, pp.102)

no novo ciclo de produção.

Folheando o Livro III de “O Capital” na Seção III do Capítulo II, descobre-se Marx no manuseio das tabelas de reprodução do capital, na expectativa de que o esquema desenhado lhe revele a lógica da dinâmica das trocas entre os departamentos “DI” e “DII”.

No primeiro momento, trata da sistematização das condições que garantem a reprodução simples do capital, conforme ilustração abaixo:

1.). “ DI “ : produz meios de produção; tal que o valor da produção está expresso por: $Vr.1 = 4.000c + 1.000v + 1.000m = 6.000$;

2.). “ DII “ : produz meios de consumo; tal que o valor da produção está expresso por: $Vr.2 = 2.000c + 500v + 500m = 3.000$.

Na reprodução simples, os capitalistas do departamento “DI” produzem e vendem bem de produção, capital constante $4.000c_1$, para o próprio departamento, logo não é necessário intercâmbio com o “ DII “.

Por outro lado, os capitalistas do departamento “ DII “ produzem e vendem meios de consumo para seus trabalhadores - capital variável $500v_2$ - assim como atende a demanda de consumo para os capitalistas do próprio departamento, e estes consomem $500m_2$, dado que na reprodução simples toda mais valia é gasta. Da mesma forma não há intercâmbio com o “ DI “.

Ainda na perspectiva do intercâmbio entre os departamentos, os trabalhadores do “ DI “ usam sua renda – capital variável $1.000v_1$ -, assim como os capitalista utilizam a mais-valia - $1.000m_1$ - para a compra de meios de consumo, enquanto do outro lado, os capitalistas do departamento “ DII “ usam o capital constante – $2.000c_2$ – para aquisição de meios de produção.

Significa que ocorre a troca de capital por renda entre os capitalistas do “DI” e os capitalistas do “DII”, conforme se ilustra:

$2.000c_2 = 1.000v_1 + 1.000m_1$ que expressa o equilíbrio no processo econômico: $c_2 = v_1 + m_1$.

Dando um salto para a sistematização das trocas entre os departamentos, agora na perspectiva da reprodução ampliada; há de se considerar que parte da mais-valia deve se realizar enquanto capital-dinheiro adiantado para reposição do estoque de capital, conforme ilustração que segue:

- 1.). “ α ” corresponde a parcela da “ m ” enquanto renda utilizada pelos capitalistas na aquisição de meios de consumo;
- 2.). “ βc ” a parcela da mais-valia a ser utilizada para acrescentar o estoque de capital constante no ciclo seguinte;
- 3.). “ βv ” a parcela que será utilizada para acrescentar força-de-trabalho, isto é, acrescentar capital varável.

Tínhamos que : $c_2 = v_1 + m_1$: equilíbrio na reprodução simples;
Então substituindo e manuseando os requisitos eleitos para a reprodução ampliada, teremos:

$$c_2 + \beta c_2 = v_1 + \alpha m_1 + \beta m_1 .$$

As críticas surgem de todos lados, e no caso, Rosa de Luxemburgo ataca de forma violenta os esquemas de reprodução desenhados por Marx. Mas Joan Robinson, assim como Karl Kautsky refutara parte das críticas de Rosa Luxemburgo, sendo que Kautsky atacou de forma dura a hipótese de Luxemburgo, afirmando que “...o capitalismo deve ruir por razões econômicas e não matemáticas...”, e o mesmo fez Rudolf Hilferding.

Aos olhos de Grossmann

“...os novos defensores da harmonia idealizam o esquema do equilíbrio não porque seja um excelente instrumento metodológico para a análise, mas sim porque – confundindo o método de investigação com os fenômenos a investigar – acreditavam deduzir dos esquemas de equilíbrio uma tendência do capitalismo ao equilíbrio...”
(ROSDOLSKY, 2001.pp.376)

Certamente, o ‘papo’ com o Sr. Carlinho já está registrado como um marco histórico, no que diz respeito ao intento de enxergar pensadores que deixaram contribuições significativas no sentido de uma “Teoria Econômica Evolucionária”, enquanto proposta de ruptura com paradigmas desenhados com traços lineares, ahistóricos e desprezo às contribuições teóricas de outras disciplinas.

Mas, com certa tristeza, melhor se despedir do Sr. Carlinho, pela necessidade imperiosa de se dirigir ao próximo vagão da 'Maria Fumaça' e tentar ouvir o que os economistas institucionalistas tem a dizer sobre a dinâmica econômica da vida.

2.03. Os pés no vagão dos institucionalistas

Ao adentrar o vagão, a percepção é de aglomeração, é razoável o número de pensadores econômicos encantados com a idéia de instituição enquanto construto para leitura e compreensão da interação dos indivíduos sociais no cotidiano da vida econômica.

Ainda que pareça aglomeração, mas a percepção é de que alguns dos presentes estão mais próximos de Veblen, talvez pela tradição no pensar a economia evolucionária, enquanto um grupo menor de pessoas – talvez pela insuficiência de grandes figuras - fica no entorno dos neo-institucionalistas.

Por outro lado, é significativa a aglomeração no entorno de Coase e William, e dá para perceber que o foco das atenções é a crença nos microfundamentos. Alguém grita, “não é um olhar convencional, Coase enxerga o papel da história, inclusive da economia do trabalho”.

No primeiro momento, como estava mais próximo, o 'papo' se inicia com uma lenda do pensamento institucional, o Sr. Thorsten Veblen, de olhar sisudo e meio que desconfortável no assento.

Antes mesmo de ouvir Veblen, a busca dos papiros de Octávio Conceição se justifica pela percepção de que o termo 'instituição', ainda que a essência do núcleo teórico da economia institucional, tem definições diversas, se se considera o 'corpo de conhecimento' das diversas abordagens institucionalistas.

Como diz CONCEIÇÃO

“...a cada conceito corresponde uma abordagem, razão pela qual pensar ou conceber instituições sob um único enfoque é empobrecer seu campo analítico...”(2002, pp.80),

ainda que pensadores como Marshall e Schumpeter, conforme enfatiza HODGSON(1998) fizessem críticas a lógica das abordagens institucionalistas.

2.03.01. Instituição, um desafio conceitual

A diversidade de definições do termos instituição, necessariamente implica em alerta sobre a representatividade da categoria teórica no

olhar de cada abordagem, no sentido de dimensionar a extensão e a intensidade do conceito, quando se investiga determinado fenômeno.

O registro é fruto das assertivas do pensador Daniel Nogueira(2021), de que, é imperativo centrar esforços na escolha de uma categoria quanto sua intensidade para a capturação da verdade do fenômeno que se estuda.

Em Veblen(1919) é comum, em suas construções teóricas, o entendimento de instituição como hábitos estabelecidos pelo pensamento comum, generalizada pelos indivíduos sociais.

Veblen entende os hábitos de pensamentos, como manifestações generalizados na comunidade e que impõe um contorno coletivo, e se enraíza no ambiente, portanto se objetivando como instituições de natureza política, econômica e social.

Nesta direção, Veblen em “The instinct of workmanship(1914) enfatiza que o aspecto da generalização dos hábitos de pensamentos, está associado ao ambiente material, e em especial, da natureza humana, porque manifestação dos indivíduos.

Os hábitos do pensamentos, em última instância, dizem respeito à consecução de uma finalidade particular, moldados segundo um certo grau de conhecimento, do contrário não se objetiva a pretensa finalidade.

Hodgson e Stoelthorst(2014) enfatizam que para além das críticas, a escolha do termo instinto, efetivamente é um traço significativo para a gênese de uma teoria evolucionária. Mesmo sem um consenso no meio acadêmico, a idéia de instinto é um construto que está no berço do projeto institucional de uma economia evolucionária.

Os termos ‘institutos’ e ‘hábitos de pensamentos’ da mente estão associados à escolha de Veblen no intento de capturar a natureza humana – racionalidade humana e ação – por reconhecer o indivíduo em sua totalidade, tal que sua interação se move por instintos, ora produtivos, ora predatórios.

Enfim, para Veblen, as instituições se objetivam consoantes os hábitos de pensamentos do indivíduo com gênese nas relações e funções exercidas em determinada comunidade, considerando o tempo, o lugar as circunstâncias.

No artigo “The Limitations of Marginal Utility”(1909), LAWSON se curva à assertiva de que

“...o crescimento e as mutações do tecido institucional são um resultado da conduta dos membros individuais do grupo, já que é a partir da experiência dos indivíduos, através da habituação dos indivíduos, que as instituições surgem...” e como tal,
“...atuam para dirigir e definir os objetivos e o fim da conduta...” dos entes sociais.

Decididamente é justo que no ‘corpo de conhecimento’ vebleniano, as instituições enquanto processos mentais, generalizados e frequentes, em determinada comunidade, exponencialmente “...dão seguimento ao processo de vida...”, portanto, constituem uma realidade normativa no cotidiano dos indivíduos sociais.

O sentido evolucionário em Veblen e sua proximidade com o ‘corpo de conhecimento’ marxiano se dá a partir do construto de consumo conspícuo, na medida em que se objetiva segundo os elementos sociais, econômicos e culturais singulares do conceito de classe de poder pecuário superior, tal que o requisito da abstenção ao trabalho produtivo é um elemento crucial de poder para a classe superior.

Neste contexto, há de se concordar com Veblen e afirmar que para a classe inferior, em particular, na interação dos indivíduos, o trabalho, se se considera seus hábitos de pensamento, associa a idéia de subsunção, de fraqueza, de sujeição, portanto se generaliza como um requisito de inferioridade.

A gênese da riqueza do poder da classe superior em realizar consumo conspícuo e de escravizar os indivíduos reconhecidos como inferiores, está no fato de que o trabalho – uma agressão a Classe do Lazer – é uma via de mão dupla: de um lado, institui a condição de inferioridade, e do outro lado, é requisito de poder e de soberba para a classe superior.

Enfim, e aceitando a mão estendida de Veblen, se enxerga como verdadeira a assertiva de que

“...sob o requisito do consumo conspícuo de bens, o aparato do modo de vida, tornou-se tão elaborado e incômodo, o que se refere a alojamento, mobiliário, guarda-roupa e refeições, que os consumidores destes bens não podem encarregar-se deles na forma adequada sem ajuda...” (VEBLEN, 1919)

do trabalho de “inferiores” cuja subsistência e reprodução da vida está submissa à venda de sua força produtiva.

2.03.02.O jeito de pensar dos velhos institucionalistas

Nos papéis dos velhos institucionalistas se encontram nomes de nobres pensadores como Thorsten Veblen, John Commons e Wesley Mitchell, e pasmem, acusados de construir uma pseudoteoria da economia evolucionária, conforme registros de Hodgson(2000).

Gunnar Myrdal, em 1953, sem nenhum receio, afirma que as contribuições desses pensadores se fundam, metodologicamente, em um 'empiricismo ingênuo', e olha que o mesmo, em alguns de seus trabalhos, indiscretamente fez uso do conceito de "processo de causalção circular", muito comum no "corpo de conhecimento" de Veblen.

Melhor não dizer que "desta água não beberei" e não esquecer de que "o que aqui se faz, aqui se paga".

O legado da tradição institucionalista, mais do que tocar fogo na agenda neoclássica, tem o propósito de uma economia evolucionária que reitera a crítica ao mainstream por fazer uso de uma falsa concepção da natureza humana. Como diz Veblen(1919, pp.73)

"...o indivíduo é equivocadamente visto em termos hedonísticos, sendo um ente socialmente passivo, inerte e imutável...", porque para ele

"...instintos, hábitos e instituições exercem, na evolução econômica, papel análogo aos genes na biologia..." (VEBLEN, 1989, apud Hodgson, 1993, pp.17).

Apesar da jocosa crítica de Myrdal, o pesquisador OCTÁVIO CONCEIÇÃO(2002) afirma que, sem dúvida,

"...a complexidade das ideias de Veblen, o credencia a estar entre os grandes nomes do pensamento econômico, como Marx, Marshall e Schumpeter..."(2002, pp. 124).

2.03.03.Ressurgindo nos anos 60

O resgate do 'corpo de conhecimento' institucional, em última instância, é a retomada das contribuições de tradição norte-americana, sob a iniciativa da "Association for Evolutionary Economics".

Por trás desse movimento estão pensadores como Galbraith, Gruchy, Hodgson, Ramstad, Rutherford, Samuels, Mark Tool, Stanfield e muitos outros que recuperam os requisitos à moda vebleniana para a definição de instituição.

Nesta abordagem, o 'corpo de conhecimento' se apropria do conceito de instituição, comum nos trabalhos de Veblen e Commons, registrado por SAMUELS(1995, pp.575), tal que para eles

“...Veblen defined an institution as a habit of thought common to the generalty of men. Commons defined an institutions as collective action in control and enlargement, or liberation, of individual action...”(SAMUELS, 1995. Pp.575),

ainda que pareçam concepções que distancia os dois, como enfatiza SAMUELS(1995) ao registra que

“...The two definitions appear at first glance to in conflit but they are quite congruente and represent heurístic tools for analysis. Veblen’s definition stresses the cognitive aspect of institucions, whereas Common’s stresses the interpersonal or interrelational aspect...”(SAMUELS, 1995, pp.575).

Ainda que tema o juízo de valor generalista e concordando com OCTÁVIO CONCEIÇÃO(2002, pp. 127), é imperativo compreender a distancia entre o neo-institucionalismo e a agenda neoclássica, precisamente porque

“...no pensamento neo-institucional persistem sérios antagonismos em relação ao neoclassicismo, o que não pode ser dito em relação aos teóricos da NEI, para os quais há forte complementaridade entre sua respectiva concepção e aquela corrente...”.

2.03.04.Um pé atrás em relação à nova economia institucional

A versão mais contemporânea da economia institucional se desenha a partir dos anos 60, sob os cuidados das contribuições teóricas de Ronaldo Coase, Oliver Williamson e Douglas North.

Esses pensadores advogam a tese de que, somente, quando a idéia de instituição se veste de uma ação coletiva, é que justifica pôr a mesma no alicerce do “corpo de conhecimento” de uma economia institucional, precisamente porque se configura como reguladora, com poder de impor ordem à interações conflituosas, em busca da eficiência na tomada de decisões, na construção de uma agenda de política econômica.

No rol de pensadores institucionais, cabe destacar a atuação de Douglas North(1994, pp.359-360) em prol de uma “Teoria Econômica Institucional”, e que define instituições como

“...are the humanal devised constraints that structure human interaction. They are made up of formal constraints (e.g. rules, laws, constitutions), informal constraints(e.g. norms of behaviour, conventions, self-imposed, codes of conduct), and their enforement characteristics...”,

mas por outro lado, North enfatiza que

“...Institutions form the incentive structure of a Society, and the political and economic institutions, in consequence, are the underlying, determinants of economic performance...” ,

tal que, assim se constitua entidade estratégica na definição do projeto de desenvolvimento econômico.

O diferencial da nova economia institucional está na ênfase aos microfundamentos, mas desenhados na perspectiva da história econômica, de uma economia dos direitos de propriedade, da economia do trabalho e da organização industrial.

Na perspectiva dos microfundamentos, o ‘corpo de conhecimento’ da NEI se funda nas hipóteses de que:

- 1.) as transações e os custos de transação determinam a estrutura das organizações;
- 2.) a tecnologia, ainda que fator de mudanças, não se constitui a condição determinante da firma;
- 3.) as falhas de mercado explicam a inercia da agenda neoclássica.

A partir dessas referências, os novos institucionalistas definem a economia como um processo econômico que enxerga o conflito enquanto uma circunstância imprevisível, mas que as instituições objetivadas de forma coletiva medeiam a interação dos indivíduos.

Entre as contribuições dos novos economistas institucionalistas, vale focar nas palavras de Coase(1937), em afirmar que as transações e os custos de transações, muito mais que a tecnologia, constituem o núcleo central do resgate dos microfundamentos nas decisões da firma.

Coase(1937) entende que a incerteza e a racionalidade limitada são requisitos cruciais na dinâmica do processo econômico, considerando as circunstâncias imprevisíveis impõem à firma centrar fogo na redução dos custos de transação.

Neste contexto a perspectiva dos microfundamentos, aos olhos da NEI, se assenta na tese de que os custos de transação têm forte relação de correspondência com o racionalidade limitada e o oportunismo em um processo econômico fadado a falhas de mercado, e neste sentido os preços não devem ser vistos como estatísticas suficientes para pôr ordem no mercado.

Registre-se que, aos olhos de CONCEIÇÃO(2002), e se apoiando em COASE, um ‘contrato incompleto’ é um fator negativo para reduzir o peso

dos custos de transação, porque tendem a elevar os custos de negociação.

Enfim, de mãos dadas com OCTÁVIO CONCEIÇÃO(2002), ainda que o corpo de conhecimento dos novos institucionalistas não se constitua ruptura plena com a agenda neoclássica, é valiosa a assertiva de que "...a combinação de racionalidade limitada e incerteza, associada ao oportunismo, somando-se as idiossincrasias..."(pp.88), definitivamente são elementos cruciais para a performance da firma no processo econômico em ambiente mutável por circunstâncias imprevisíveis.

03. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A viagem chega ao seu fim, e a dedicação ao propósito de se apropriar dos elementos essenciais nos "corpos de conhecimentos" keynesiano, marxiano e dos economistas institucionalistas, explica a deselegância de não se despedir de ilustres pensadores que compartilhavam assentos nos vagões da "Maria Fumaça Evolucionária", ainda que se registre no percurso da viagem, aglomerações no entorno dos entusiastas por um projeto de teorização de uma economia evolucionária.

Que no futuro – incerto – a sorte possibilite encontra-los novamente em uma dessas "Maria Fumaça" que cruzam os trilhos da História do Pensamento Econômico.

Enfim, o propósito agora é sinalizar elementos centrais das contribuições desses pensadores, e fazer um esforço na identificação de similitudes e divergências entre eles, conforme abaixo ilustrado:

01. apesar das críticas, definitivamente, a escolha do conceito de instinto, capturado na biologia, está na gênese do projeto de construção de uma teoria evolucionária;
02. Veblen ao teorizar Classe do Lazer, foi feliz em capturar pressupostos da psicologia na direção do evolucionismo de Darwin;
03. a racionalidade limitada revela o desconhecimento sobre as circunstâncias imprevisíveis;
04. importa o registro de que as instituições enquanto processos mentais, generalizados e frequentes na comunidade dão seguimento à vida;
05. o requisito da abstenção ao trabalho é instrumento de superioridade da Classe do Lazer;
06. o trabalho na perspectiva dos hábitos de pensamento determina a posição dos indivíduos entre a Classe Superior e a Classe Inferior;
07. a riqueza enquanto processo de escravização de indivíduos, é um elemento de diálogo com o corpo de conhecimento marxiano;

- 08.a multiplicidade de elementos que se abrigam no conceito de instituição, exige precisão no pensar o corpo de conhecimento relativo a cada uma das abordagens institucionalistas;
- 09.efetivamete, a agenda institucionalista caminha a passos largos para o diálogo a partir de elementos centrais do corpo de conhecimento heterodoxo;
- 10.o holismo, o path dependence, o local, sinalizam pensadores com disposição à construção de uma Teoria da Economia Evolucionária;
- 11.a história da vida econômica dos indivíduos é um processo cumulativo de adaptação dos meios aos fins em um ambiente passível de transformações em função de circunstâncias imprevisíveis;
- 12.as proposições de pensadores como Keynes, Marx e os economistas institucionalistas negam o individualismo metodológico;
- 13.a visão de mundo real está o centro dos corpos de pensamentos keynesiano, marxiano e institucionalista.

Ao final da viagem, é imperativo registrar a práxis pedagógica do pensador Daniel Nogueira, pelo zelo no trato das categorias teóricas de cada paradigma econômico, mas, particularmente pela habilidade e elegância ao navegar em direção ao propósito de sistematização dos elementos essenciais a um corpo de conhecimento que não seja linear, ahistórico e que capture a dialética para investigação da verdade em um ambiente submisso á logica do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRAZZIOTIN, H. de Abreu; AVILA, R.I. & JUNIOR, R. H. A economia política institucionalista e o desenvolvimento.

SALLES, Alexandre O.T. Economia institucional: fundamentos teóricos e históricos. 2021

ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Editora Contraponto, Riode Janeiro, EDERJ, Rio de Janeiro. 2001

O GLOBO. Amazônia bate recorde de desmatamento em abril, 19.05.2021, in <https://www.tempo.com/noticias/actualidade/amazonia-bate-recorde-de-desmatamento-em-abril-clima-floresta.html> , acesso 20.05.2021.

CAMPOS, Marcel M. S. & CHIARINI, Tulio. Incerteza e ergocidade: crítica aos neoclássicos. in Revista de Economia Política, Vol.34, No. 02 (135), pp.294-316. abril/junho, 2014. São Paulo

ANDRADE, R. Pereira de. Expectativas, incerteza e instabilidade no capitalismo: uma abordagem a partir de Keynes, in Revista de Economia Política, vol.7. N. 2, abril-junho, 1987, São Paulo.

<https://bjpe.org.br/rep/index.php/journal/article/view/1649/1635>

ANDRADE, R. P. de . A construção do conceito de incerteza: uma comparação das contribuições de Knight, Keynes, Shackle e Davidson. in Nova Economia, 21 (2), 171/195. Maio/Agosto. 2011.

FILHO, Fernando F. & TERRA, Fábio H. Bittes. Reflexões sobre o método em Keynes. in Revista de Economia Política, vol. 36. No.01. (142). pp. 70-90, jan-abr, 2016. São Paulo

KEYNES, J. M. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Editora Nova Cultura, São Paulo.1996.

CAMPOS, Marcel M. S. & CHIARINI, Tulio. Incerteza e ergocidade: crítica aos neoclássicos. in Revista de Economia Política, Vol.34, No. 02 (135), pp.294-316. abril/junho, 2014. São Paulo.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro II, Volume II. Apresentação Jacob Gorender. Editora Nova Cultural, São Paulo. 1985.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política, Livro I, Tomo 2. Editora Nova Cultura, São Paulo. 1996.

LAIBMAN, David. Capitalist Macrodynamics. Editora MacMillan Press. 1977. London.

MATTOS, M. Badaró. Marx e o Marxismo 2015: insurreições, passado e presente. Edição Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

REUTEN, Geert. Marxian Macroeconomics: an overview. University Amsterdam, 2002

MOSELEY, Fred. Os esquemas de reprodução de marx. in Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas, Ano. XIII, abr/2018, v.24. No.1.

ROSDOLSKY, Roman. Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx. Editora Contraponto, Riode Janeiro, EDERJ, Rio de Janeiro.

CONCEIÇÃO, Octávio A. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. in Revista Ensaio FEE, Porto Alegre, V.23. No.01. pp.77/106. 2002.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. os antigos, os novos e os neo-institucionalista: há convergência teórica no pensamento institucionalista? in Revista Ensaio, FEE, octavio@fee.tche.br

DUGGER, W. M. Radical Institutionalism: Basic Concepts. Review Of Radical Policital Economics, 1988. 20. 1. 2014. Chicago.

HODGSON, G. What are Intitutions? Journal of Economic Issues. 40;1, 1-25. 2006.

VEBLEN, Thorstein. A Teoria da Classe do Lazer: Um estudo econômico das instituições. Editora Actual. Portugal, 2018.

1. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA/UFPA, professor efetivo da UNIFESSP, coordenador do Laboratório de Inflação e Custa de Vida de Marabá e membro da equipe do LACAM/UNIFESSPA/FACE com foco a elaboração da Matriz Insumo Produto do Pará com recorte regional do Sul e Sudeste. Membro da equipe que criou o Curso de Economia na Unifesspa.